

Chineses fazem única oferta por ponte na BA

Consórcio formado por CCCC e CR20 é o único interessado em leilão da ponte Salvador-Itaparica, que prevê investimentos de R\$ 5,3 bilhões

Por Taís Hirata — De São Paulo

10/12/2019 05h01 · Atualizado há 6 horas

Entre Salvador e Itaparica

Envelope com proposta única será aberto na sexta-feira

Extensão	12,3 km
Valor da obra	R\$ 5,3 bilhões
Prazo da concessão	35 anos

Critério de julgamento do leilão
Menor contraprestação pública anual (teto definido em R\$ 56,2 milhões por ano)

Fonte: Minutas de edital e contrato

Chineses fazem única oferta por ponte na BA — Foto: valor

Um consórcio formado pelos grupos chineses CCCC (China Communications Construction Company) e CR20 (China Railway 20 Bureau Group) foi o único a fazer proposta pelo projeto da Ponte Salvador-Itaparica. O leilão será realizado na sexta-feira, em São Paulo, mas os envelopes com os documentos foram entregues ontem, na sede da B3.

O empreendimento do governo baiano é uma Parceria Público Privada (PPP) de 35 anos. O objetivo é construir uma ponte de 12,3 quilômetros entre a capital e a Ilha de Itaparica, que deverá encurtar a viagem dos atuais 90 minutos para aproximadamente 30 minutos, além de facilitar o acesso entre capital e o litoral sul do Estado.

A obra está orçada em R\$ 5,3 bilhões, dos quais R\$ 1,5 bilhão sairá dos cofres públicos. Além do aporte, o governo pagará contraprestações ao grupo privado, para garantir a viabilidade econômica-financeira do projeto.

O critério de escolha do vencedor, segundo o edital, é justamente o valor da contraprestação anual paga pelo Estado - aquele que pedir o menor montante vence, sendo o pagamento máximo R\$ 56,2 milhões por ano. Como, no caso, há apenas um grupo concorrendo, não deverá haver grande desconto.

Ao todo, estima-se que o contrato movimente até R\$ 7,65 bilhões ao longo dos 35 anos, contabilizando contraprestações e tarifas de pedágio que serão cobradas dos usuários.

A oferta das companhias chinesas já era uma certeza na licitação - seus representantes chegaram a comparecer em peso em outro leilão rodoviário na B3, realizado na semana passada, apenas para assistir.

Os dois grupos que integram o consórcio são gigantes de infraestrutura na China. A CCCC, que lidera o grupo, começou a atuar no Brasil em 2016, ao adquirir o controle (80%) da construtora Concremat. Um dos principais investimentos feitos desde então foi um terminal privado no Maranhão, em parceria com a WTorre, cuja obra foi iniciada em março de 2018.

A CR20 é uma subsidiária do grupo China Railway Construction Corporation (CRCC). Nos últimos meses, a companhia quase fechou a compra da linha 6-Laranja do Metrô de São Paulo, mas o negócio acabou sendo assinado com a companhia espanhola Acciona.

O grupo espanhol também chegou a avaliar o leilão da ponte Salvador-Itaparica. Até o último momento da entrega de envelopes, ainda havia dúvidas sobre a possível participação da Acciona. Ao fim, porém, a empresa acabou não apresentando proposta.

A ideia de fazer uma ponte entre a capital e a Ilha de Itaparica é antiga, da década de 1960. A versão atual do empreendimento começou a ser desenhado em 2010, ainda sob forte descrença por parte do setor privado de que haveria viabilidade econômico-financeira. A visão em relação ao projeto começou a ficar mais otimista neste ano, quando os grupos chineses começaram a manifestar interesse pelo contrato.

A principal dúvida é se haverá demanda de passageiros suficiente na ponte para justificar os investimentos, segundo pessoas que analisaram o projeto.

A avaliação é que o empreendimento poderá ter um aumento de fluxo caso a ilha de Itaparica e as praias do litoral Sul passem a desenvolver seu potencial turístico, o que elevaria a movimentação.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Grelhe seus alimentos no fogão sem fumaça!
DESCONTALIA

LINK PATROCINADO

Cadeiras elevatórias em casa por preços surpreendentemente acessíveis.
ESCADAS ELEVATÓRIAS | LINKS PATROCINADOS

LINK PATROCINADO

Acompanhe as últimas notícias sobre ativos digitais.
RIPPO

LINK PATROCINADO

Se você ainda faz parte dos 90% de brasileiros que perdem dinheiro, leia essa matéria.
EUQUEROINVESTIR.COM

LINK PATROCINADO

Veja as 40 mulheres mais lindas do Brasil
TRENDSATCHERS

LINK PATROCINADO

Avaliação: Suzuki Jimny Sierra é o SUV compacto que não é SUV compacto
REVISTA CARRO PARA SUZUKI

Veja em Valor Investe

VALOR INVESTE

Exportação da China decepciona e joga água fria no humor dos mercados

VALOR INVESTE

O custo da imagem e o poder da identidade financeira

VALOR INVESTE

Falsa oferta nas redes sociais usa imagem da Americanas para aplicar golpe

VALOR INVESTE

Gol teve de mudar formato da operação, mas conseguiu preço desejado por Smiles

Tribuna

ACB

Evento contra a corrupção destacou a importância da integridade

Em evento inédito em alusão ao Dia Internacional da Corrupção, celebrado nesta segunda-feira (09), a Associação Comercial da Bahia (ACB) em conjunto com a Compliance Women Committee (CWC), reuniu empresários, sociedade civil e autoridades públicas no I Simpósio Contra a Corrupção e pela Promoção da Cultura de Integridade. O evento contou com programação durante todo o dia de ontem, na sede da ACB e também com a presença de autoridades municipais, estaduais e órgãos de controle.

EVENTO PIONEIRO

O principal objetivo do simpósio foi ressaltar a necessidade da união entre o empresariado e sociedade civil no combate à corrupção. Na mesa de debate, o vice-prefeito da capital baiana, Bruno Reis, falou sobre o compromisso de implementar o Compliance público na estrutura do município. A ferramenta traz em sua implantação inúmeros pilares para estruturação de um efetivo sistema de prevenção às práticas criminosas, ilegais e desvios de conduta. A iniciativa, na avaliação da diretora regional da CWC, Roberta Carneiro Föppel, é um grande avan-



SIMPÓSIO

Aconteceu ontem na Associação Comercial da Bahia

ço. "Integridade e compliance se completam. É louvável a atitude de Bruno Reis, pois nós precisamos do comprometimento ético dos funcionários públicos e da administração pública nesse importante processo", ressaltou Roberta.

A corrupção rompe as barreiras da falta de ética e reflete em todos os setores da sociedade, conforme explicou Mário Dantas, presidente da ACB. Ele ressaltou que a luta contra o rompimento deve ser uma luta de toda sociedade. "Somente com a união de forças podemos afastar a corrupção da nossa reali-

dade para que, a partir daí, os negócios se desenvolvam de maneira sadia e o Estado seja mais eficiente", argumentou Dantas.

O encontro também contou com a apresentação de informações sobre a atuação da Controladoria Geral da União (CGU), que resultou na aplicação superior a 3 milhões de reais em multa, mais de cinco mil empresas suspensas e 7 mil servidores públicos federais demitidos, sendo 67% dos casos relacionados à corrupção, conforme informações do Auditor Federal de Finanças e Controle do órgão, Ricardo Garcia.

Veículo: Folha de SP	Caderno: Mercado
Data 10/12/2019	Página: --

FOLHA DE S.PAULO

Guedes quer avaliação de serviço por cidadão para funcionário público ganhar estabilidade

Fator seria novo componente a ser levado em conta, além da avaliação de desempenho pelos gestores públicos

9.dez.2019 às 19h13

[Bernardo Caram](#) [Thiago Resende](#)

BRASÍLIA

A [reforma do serviço público](#) preparada pelo governo pode determinar que a estabilidade no cargo só seja concedida se a população avaliar positivamente as atividades desempenhadas por um funcionário público aprovado em concurso.

A intenção foi apresentada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, nesta segunda-feira (9).

A apresentação da chamada [reforma administrativa](#) —que pretende reestruturar carreiras e salários dos servidores— está prevista para o ano que vem.

O governo já havia informado que seria proposto um novo sistema de avaliação de desempenho feito pelos gestores do serviço público sobre seus subordinados. A regra valeria para que a estabilidade fosse atingida e também para as progressões de carreira.

Agora, Guedes fala em um fator adicional. Segundo ele, é preciso analisar se o funcionário realmente atende bem a população.

“Assim que ele acabou de fazer um serviço, pode ser para tirar uma carteira de identidade, de motorista ou ser atendido para tirar dúvidas a respeito de sua aposentadoria, quando a pessoa sai, ela aperta um dos três botões: o verde, bem atendido, o amarelo, serviço normal, ou o vermelho, pessimamente atendido”, disse.

De acordo com o ministro, se houver avaliação positiva dos cidadãos, junto com um retorno favorável dos chefes imediatos e funcionários experientes, a estabilidade poderá ser concedida.

“Tem que passar nessa peneira, tem que ser avaliado para não ficar com essa imagem que o serviço público fica de que o cara não quer nada porque tem estabilidade no emprego, tem um salário muito alto, está garantido na aposentadoria, não está nem aí, maltrata a gente. A reclamação da opinião pública é essa”, disse o ministro, diante de servidores do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

Entre os pontos previstos para a [reforma administrativa](#), está uma drástica redução do número de carreiras no serviço público. Entre as funções que seguirem existindo, o governo quer acabar com a estabilidade da maior parte delas.

A prerrogativa permaneceria apenas para carreiras consideradas sensíveis, como as de diplomata e auditor.

Nas posições que continuarem com a estabilidade, o sistema deverá mudar. Atualmente, a Constituição prevê um estágio probatório de três anos. Pelo modelo estudado, esse prazo poderá chegar a dez anos, sendo três anos em período de experiência e outra fase, de sete anos, em estágio probatório.

Inicialmente, a equipe econômica queria apresentar a reforma já neste ano. Resistências da ala política do governo e do próprio presidente Jair Bolsonaro, no entanto, adiaram a divulgação para o ano que vem.

Tribuna

700 mil contribuintes estão na malha fina da Receita

Alexandro Martello,
Q1 Brasília

A Receita Federal informou ontem que 700.221 contribuintes tiveram suas declarações do Imposto de Renda de 2019 retidas na chamada "malha fina" devido a inconsistências nas informações prestadas.

Quando entram na malha fina, as declarações dos contribuintes ficam retidas para verificação de pendências e eventual correção dos erros. As restituições são pagas somente após a questão ter sido resolvida.

A quantidade de declarações retidas em malha corresponde a 2,13% do total de 32.931.145 declarações apresentadas neste ano.

De acordo com o órgão, desse total de declarações retidas em malha, 74,9% apresentam imposto a restituir; 22,4% apresentam imposto a pagar e 2,7% apresentam saldo zero.

Ainda segundo a Receita, as principais razões que levaram à retenção de declarações em 2019 foram:

Omissão de rendimentos do titular ou seus dependentes: 35,6% das declarações com esta ocorrência;

Despesas médicas: 25,1% das declarações com esta ocorrência;

Divergências entre o IRRF informado na declaração e o informado em DIRF: 23,5% declarações com esta ocorrência;

Dedução de previdência oficial ou privada, dependentes, pensão alimentícia e outras: 12,5% declarações com estas ocorrências.

Desde as 9h de ontem estão abertas as consultas ao sétimo e último lote do Imposto de Renda de Pessoas Físicas de 2019.

As consultas já podem ser feitas pelo site da Receita Federal. Também é possível fazer a consulta por meio do aplicativo para tablets e smartphones.

Quem não aparecer em um dos sete lotes regulares do IR está automaticamente na malha fina do Leão.

Para saber o que há de errado com sua declaração, os contribuintes podem acessar o "extrato" do Imposto de Renda no site da Receita Federal no chamado e-CAC (Centro Virtual de Atendimento).

Para acessar o extrato do IR é necessário utilizar o código de acesso gerado na própria página da Receita Federal, ou certificado digital emitido por autoridade habilitada.

Após verificar quais inconsistências foram encontradas pela Receita Federal na declaração

do Imposto de Renda, o contribuinte pode enviar uma declaração retificadora.

Quando a situação for resolvida, o contribuinte sai da malha fina e, caso tenha direito, a restituição será incluída nos lotes residuais do Imposto de Renda.

Tribuna

‘Estamos em um caminho virtuoso’, diz Guedes

Estadão

O ministro da Economia, Paulo Guedes, destacou ontem que a economia brasileira está em retomada. “Os sinais de recuperação da economia são visíveis. Ano que vem vai ser o dobro do crescimento deste ano”, afirmou. “Estamos em um caminho virtuoso, cada semestre que passa isso fica mais claro. Quem está contra isso que espere mais três anos e vote contra”, completou.

Segundo o ministro, com descentralização de recursos, a vigilância também será descentralizada. “Vamos sufocar a corrupção sistêmica exatamente porque estamos fazendo uma transformação do Estado”, acrescentou. “Cada um que vigie o seu, cada um que corra atrás do seu recurso”, afirmou. Ele voltou a defender a desburocratização como uma forma de fomentar os investimentos priva-

dos. “O Brasil é país rico em recursos naturais, mas se recusa a aceitar investimentos. O servidor da Receita Federal precisa ser respeitado, mas não deve ser temido. O empresário é um animal arisco, ele vai embora”, acrescentou.

Guedes repetiu que o Brasil tem democracia vibrante, com todos os extremos estão absorvidos nessa democracia. “Agora, a China está saindo da miséria sendo selvagemmente capitalista, assim como a Rússia e o Leste Europeu. Precisamos modernizar nossa cabeça e entender que o caminho escolhido não era o melhor”, completou.

O ministro da Economia admitiu que a reforma administrativa não foi enviada ainda pelo governo do Congresso por um “problema de timing”. “Não adianta botar muita reforma ao mesmo tempo. Já aprovamos a Previdência, e enviamos agora o novo Pacto Federativo”, afirmou.





Puxadinhos tributários

A solução para os problemas de nosso sistema não está na criação de mais regimes especiais

Bernard Appy*, O Estado de S.Paulo

10 de dezembro de 2019 | 04h00

A legislação tributária brasileira está cheia de “puxadinhos” – regimes especiais criados para acomodar uma demanda setorial ou social ou para facilitar a vida do Fisco. Muitas vezes, os “puxadinhos” são criados para compensar problemas estruturais do sistema tributário. O problema é que quase sempre reduzem a produtividade e o potencial de crescimento do País e, muitas vezes, resultam em iniquidades distributivas.

Um exemplo de problema estrutural mal resolvido é a enorme complexidade do sistema tributário brasileiro – que torna inviável sua aplicação para as micro e pequenas empresas. Ao invés de simplificar o regime geral de tributação, optou-se, no Brasil, pela criação de regimes simplificados de tributação – como o Simples e o Lucro Presumido – , com limites de enquadramento extremamente elevados para padrões internacionais.

Tais regimes geram, no entanto, uma série de distorções. Por um lado, facilitam a criação de pequenas empresas improdutivas, mas dificultam a expansão das empresas produtivas, o que tem impactos negativos para o crescimento do País. Por outro lado, ao substituir, total ou parcialmente, as bases normais de tributação – valor adicionado, renda e folha de salários – pela tributação do faturamento, tais regimes beneficiam empresas que operam com altas margens relativamente ao custo dos insumos, em detrimento daquelas que operam com baixas margens. Como é comum que empresas com altas margens sejam mais lucrativas, em muitos casos os regimes simplificados resultam numa baixa tributação da renda de seus sócios e proprietários, gerando distorções distributivas. Regimes simplificados deveriam corrigir apenas as distorções

que reduzem a competitividade dos pequenos negócios, das quais a principal é o custo da burocracia do regime normal de tributação.

Outro exemplo de problema estrutural é a alta tributação sobre a folha de salários no Brasil. Ao invés de reduzir as contribuições sobre a folha, foram sendo criadas formas de reduzir o custo para algumas categorias de trabalhadores.

Esse é o caso dos trabalhadores de baixa renda, para os quais a contribuição sobre a folha tem pouco valor, pois mesmo sem contribuição qualificam-se para receber benefícios assistenciais para idosos, cujo valor (de um salário mínimo) é igual ao valor do piso do benefício previdenciário. Para estimular as contribuições desses trabalhadores, foram sendo criados vários regimes especiais, como o microempreendedor individual (MEI), cuja contribuição previdenciária é de apenas 5% de um salário mínimo. O problema desse tipo de regime é que desestimula ainda mais o emprego formal, pois garante benefícios similares aos do regime normal, a um custo muito inferior.

De forma semelhante, a alta contribuição sobre a folha devida pelo empregador no caso de trabalhadores de alta renda (cujo benefício é limitado ao teto do salário de contribuição) é um dos principais estímulos para a pejetização, ou seja, para que tais trabalhadores se constituam como sócios de empresas por causa do alto custo tributário do trabalho formal.

Há muitos outros exemplos de como distorções estruturais do sistema tributário brasileiro levaram a tentativas de solução via regimes especiais, como é o caso do uso abusivo da substituição tributária no País. O que mais surpreende é que alguns analistas entendem que a solução para os problemas de nosso sistema tributário é a criação de mais regimes especiais.

O Brasil não precisa de mais “puxadinhos”. A solução para os problemas de nosso sistema tributário é a adoção de regras simples, neutras e homogêneas para cada categoria de tributo (valor adicionado, renda e folha). Quando as regras são as mesmas para todos, não há incentivo para que os negócios se organizem de forma a pagar menos

tributos – o que geralmente leva a uma organização ineficiente da produção – e não há distorções distributivas, pois rendas equivalentes estão sujeitas à mesma tributação.

A TARDE

O jornal de toda Bahia

CUSTO DE VIDA

Estimativa para inflação de 2019 sobe pela 5ª vez e chega a 3,84%

KELLY OLIVEIRA

Agência Brasil, Brasília

As instituições financeiras consultadas pelo Banco Central (BC) aumentaram a estimativa para a inflação este ano pela quinta vez consecutiva. A projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu de 3,52% para 3,84%, desta vez. A informação consta do boletim Focus, pesquisa semanal BC que traz as projeções de instituições para os principais indicadores econômicos.

A alteração na estimativa para este ano veio depois da divulgação do IPCA de novembro, pelo Instituto Bra-

sileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No mês passado, o IPCA ficou em 0,51%, maior taxa para o mês desde 2015 (1,01%), puxada pela alta de 8,09% nos preços da carne. Em 12 meses encerrados em novembro, o IPCA ficou em 3,27%.

Para 2020, a estimativa de se mantém há seis semanas em 3,60%. A previsão para os anos seguintes também não teve alterações: 3,75% em 2021 e 3,50% em 2022.

As projeções para 2019 e 2020 estão abaixo do centro da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. A meta de inflação, definida pelo Conselho Monetário Nacional, é 4,25% em 2019,

4% em 2020, 3,75% em 2021 e 3,50% em 2022, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Selic

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, atualmente definida em 5% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom).

De acordo com as instituições financeiras, a Selic deve cair para 4,5% ao ano na reunião do Copom desta semana. Para o fim de 2020, a expectativa é que a taxa básica também esteja em 4,5% ao ano.

Tribuna

Para Abimaq, PIB deve crescer 2,5% no próximo ano

Estadão Conteúdo

O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro deverá crescer 2,5% no ano que vem, previu nesta segunda-feira, 9, o presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), João Carlos Marchesan. A Abimaq realizou nesta data seu almoço de confraternização de final de ano.

A indústria, de uma maneira geral, de acordo com o executivo, vai crescer de 3,5% a 5%, focada muito no mercado interno, uma vez que as exportações, embora devam melhorar, seguirão o desempenho menos pujante da economia mundial.

"Então estamos achando que 2020 será o ano da retomada econômica e sustentada por tudo o que está acontecendo. Vamos

crescer pelo investimento e não pelo consumo, o que quer dizer que não teremos mais um crescimento de voo de galinha", disse o presidente da Abimaq.

Para Marchesan, além de tudo o que está sendo feito, é preciso que se faça a reforma administrativa e a política, "para que tenhamos uma País mais arejado e modernizado", podendo ser mais competitivos. "Um país só se recupera com crescimento porque a maior dignidade que se pode dar para um ser humano é uma carteira de trabalho assinada", disse.

SELIC E CÂMBIO

Marchesan prevê mais um corte da Selic, em 0,5 ponto percentual, no Copom de quarta-feira, 11. Com relação ao câmbio, o presidente da Abimaq disse que se trata de um dólar "industrializante", embora ainda não seja o câmbio que ele considera o ideal.

"Poderia estar um pouco mais desvalorizado, porque hoje o câmbio não é mais inflacionário", disse.

Ele lembrou que nos últimos 35 anos as equipes econômicas apreciavam a moeda brasileira para conter a inflação. "Era errado. Hoje nós temos uma inflação baixa e um câmbio normal, porque no momento em que se baixou o juro, os grandes especuladores que vinham arbitrar a diferença da moeda foram embora", disse.

Tribuna

Brasil tem 2ª maior concentração de renda do mundo

Por G1

A concentração da renda no Brasil continua sendo uma das mais altas do mundo, conforme o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) da Organização das Nações Unidas (ONU), divulgado nesta segunda-feira (9). O Brasil está em segundo lugar em má distribuição de renda entre sua população, atrás apenas do Catar, quando analisados os 1% mais ricos.

No Brasil, os 1% mais ricos concentram 28,3% da

renda total do país (no Catar essa proporção é de 29%). Ou seja, quase um terço da renda está nas mãos dos mais ricos. Já os 10% mais ricos no Brasil concentram 41,9% da renda total.

Em terceiro lugar está o Chile, com 23,7% de concentração da renda total nas mãos da parcela 1% mais rica da população (veja a tabela abaixo com os 20 primeiros colocados nesse quesito). Entre outros vizinhos do Brasil, no "top 20" está também a Colômbia, com 20,5%.

O relatório considera todos os países para os quais a ONU tem dados disponíveis no período de 2010 a 2017 e adota a informação mais recente para cada país. Organizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o documento considera uma série de índices, e não apenas a distribuição de renda, para chegar ao conceito de desigualdade social.

O Brasil é o país com maior concentração de renda quando comparado com os países do grupo de países em desenvolvimento dos

Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

A Índia aparece no ranking com 21,3% da renda total nas mãos dos 1% mais ricos. A Rússia está com 20,2% e a África do Sul deixa 19,2% da sua renda total com os 1% mais ricos.

Enquanto isso, a China é o país dos Brics com menor concentração, nesse sentido, com 13,9%.

O Brasil ficou na 79ª posição no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Medido anualmente, o IDH vai de 0 a 1 – quanto maior, mais desenvolvido o país

– e tem como base indicadores de saúde, educação e renda. Neste ano, o Brasil alcançou o IDH de 0,761, com uma pequena melhora de 0,001 em relação ao ano passado.

Na classificação da ONU, o Brasil segue no grupo dos que têm alto desenvolvimento humano. A escala classifica os países analisados com IDH muito alto, alto, médio e baixo.

Apesar do leve aumento, o Brasil caiu uma posição no ranking mundial em relação à publicação anterior, passando da 78ª para 79ª.

Tribuna

Carnes podem continuar subindo até fim de janeiro ou fevereiro

Estadão

A inflação das carnes deverá seguir pressionando o orçamento das famílias até a virada de janeiro para fevereiro, mas o movimento é pontual e não muda o cenário mais geral da dinâmica de preços, especialmente de serviços e bens duráveis, que segue oferecendo espaço para mais uma queda na taxa básica de juros (Selic, hoje em 5,0% ao ano). A avaliação é do coordenador do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), André Braz.

Mais cedo, a FGV informou que Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) de novembro acelerou para 0,85% em novembro, ante a alta de 0,55% registrada em outubro. Em meio ao aumento das exportações para a China por causa do impacto da peste suína africana (PSA) naquele país, a inflação das carnes

foi destaque na aceleração, tanto no atacado quanto no varejo.

"As carnes poderão continuar subindo até lá pelo fim de janeiro, ou início de fevereiro, quando devem apresentar alguma desaceleração. Essas deficiências de mercado não se mantêm por muito tempo", afirmou Braz, numa referência aos fatores que têm impulsionado a demanda da China pelas carnes brasileiras.

O destaque entre esses fatores é a PSA, que atingiu o rebanho chinês este ano, obrigando o gigante asiático a importar mais. A demanda por carne bovina e de frango vai a reboque, dado o tamanho do mercado da China, disse Braz. E o Brasil tem sido privilegiado como fornecedor não só por ser o maior produtor global, como pelo fato de as disputas comerciais atrapalharem as compras chinesas dos Estados Unidos e de uma seca ter afetado a produção na Austrália. Além disso, a desvalorização do real torna a carne brasileira mais com-

petitiva.

Somado ao quadro favorável para as exportações para a China, o aumento sazonal da demanda, marcado pelas festas de fim de ano, formaram a tempestade perfeita sobre os preços das carnes. Braz identifica no fim desse crescimento sazonal da demanda, no início de 2020, o ponto de virada para a desaceleração da inflação das carnes - o que significa a manutenção dos preços no novo nível mais elevado.

"Mesmo que as exportações se mantenham em alta, há um limite para esses aumentos de preços", afirmou Braz, lembrando da demanda enfraquecida pelo baixo crescimento da atividade econômica como limitador de repasses.

Segundo Braz, a desaceleração da inflação das carnes será rapidamente sentida pelos consumidores, porque a transmissão entre atacado e varejo é quase imediata - muito consumidas, as carnes costumam ter estoques pouco elevados, que giram rapidamente.

Tribuna

PPI de ISS, TFF, ITIV e outras taxas termina hoje

Termina as 23h59 dessa terça-feira (10) o PPI – Programa de Parcelamento Incentivado – da prefeitura de Salvador. A Prefeitura alerta que não existe qualquer chance de prorrogação do Prazo, conforme previsto em lei, nem de um novo programa para 2020. O PPI contempla dívidas de ISS (Imposto Sobre Serviços), ITIV (Imposto Sobre a Transmissão de Intervivos), TFF (Taxa de Fiscalização e Funcionamento) e outras taxas.

IPTU e Taxa do lixo (TRSD) não fazem parte do programa. Até a última sexta-feira (06) o programa - que está em vigor desde o dia 15 de outubro -, já havia conseguido recuperar mais de R\$

23,7 milhões para os cofres públicos municipais. Foram renegociados com descontos de juros, multas e honorários, mais de R\$ 70,5 milhões. Esse valor, sem os descontos, corresponderia a cerca de R\$ 139 milhões, quase o dobro em dívidas.

O PPI oferece descontos de até 100% nas multas e juros para pagamentos à vista e de 90% e 80% para pagamentos parcelados em 12 e 48 meses.

Após a finalização do prazo, será feito um levantamento dos contribuintes inadimplentes que não aderiram ao programa e a Prefeitura intensificará ainda mais os métodos de cobrança, com execução das dívi-

das, negativação de nomes das pessoas físicas e jurídicas, etc.

“Não é desejo da Prefeitura a aplicação desse mecanismo, tanto assim que estamos oferecendo uma oportunidade excepcional de regularização através do PPI. Mas, se isso não acontecer, será inevitável a sua aplicação, inclusive para evitar uma concorrência desleal entre os contribuintes que cumprem com suas obrigações e os inadimplentes”, afirma o Secretário Paulo Souto. A Prefeitura estuda ainda uma forma de exigir dos devedores contumazes que efetuem o pagamento das dívidas para poder emitir Notas Fiscais.

Maia critica propostas de pacote de Moro como 'duras e radicais'

Maia destacou o papel dos partidos de centro para a aprovação de medidas de enfrentamento à crise econômica

Por **Carolina Freitas e Gabriel Vasconcelos** — De São Paulo e do Rio

10/12/2019 05h00 · Atualizado há 6 horas



O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), criticou ontem “excessos” do governo Jair Bolsonaro na área de segurança pública e disse esperar que o presidente da República perceba a importância da agenda econômica. Maia disputa desde o início do ano protagonismo com o Planalto, ao cobrar do presidente e da equipe econômica apoio na formulação e tramitação de reformas e projetos que considera prioritários. “O centro tem colaborado de forma decisiva para aprovação de matérias fundamentais para a recuperação econômica do país”, disse em São Paulo.

Ao explicar porque o excludente de ilicitude e o “plea bargain” ficaram de fora do pacote anticrime aprovado na semana passada pela Câmara, Maia classificou as medidas como “muito duras e radicais”. As propostas eram de autoria do ministro da Justiça, Sergio Moro, em consonância com Bolsonaro.

“Se o projeto anticrime estivesse sancionado com excludente de ilicitude, policiais que atuaram em Paraisópolis não seriam investigados”, afirmou o presidente da Câmara, em São Paulo, ao chegar para almoço com empresários.

Na madrugada de 1º de dezembro, ação da polícia militar de São Paulo terminou com a morte de 9 jovens, com idades entre 14 e 23 anos. A PM usou bombas de gás para dispersar centenas de pessoas que participavam de um baile funk e, ao mesmo tempo, bloqueou a passagem por vielas. O resultado foi que os participantes da festa ficaram acucados em passagens estreitas. As vítimas morreram sufocadas, segundo a perícia.

O excludente de ilicitude é uma promessa de campanha do presidente Jair Bolsonaro. Consiste em isentar de investigação e de punição mortes cometidas por policiais em serviço. “O projeto anticrime do governo tinha coisas muito duras e de difícil compreensão para a sociedade”, disse Maia.

O deputado afirmou ainda que a negociação entre acusação e réu para redução de pena por meio da admissão de culpa - o “plea bargain” - resultou, nos Estados Unidos, em um aumento do encarceramento de negros.

Maia destacou o papel dos partidos de centro para a aprovação de medidas de enfrentamento à crise e disse esperar uma compreensão por parte do presidente da República da importância desses projetos. “É bom para que o presidente compreenda que é agenda econômica que vai tirar o Brasil da crise e que vai melhorar a avaliação dele”, disse o deputado. Pesquisa Datafolha divulgada no fim de semana mostrou uma interrupção na alta da rejeição a Bolsonaro. “São louros de todos”, afirmou Maia.

Durante a gravação do podcast “Ao Ponto”, do jornal “O Globo”, no Rio, antes de ir a São Paulo, o presidente da Câmara atribuiu o fraco desempenho da economia brasileira este ano à insegurança causada por Bolsonaro. “O crescimento projetado no final do ano passado, de 2,5%, caiu para 1% muito em função dessa insegurança que o governo gerou nos primeiros seis, sete ou oito meses. “. A íntegra do programa vai ao ar hoje

Questionado sobre a briga interna no ex-partido do presidente, o PSL, Maia disse ser uma disputa por poder, tempo de TV e fundo partidário. “Acontece em todos os partidos, mas como eles são o partido das redes sociais, é uma briga explícita, bem explícita mesmo. Todo mundo nu e se matando.”

O presidente da Câmara chamou a atenção para falhas do governo no debate sobre as reformas tributária e administrativa. O Planalto não enviou nenhum dos dois textos ainda ao Congresso, apesar de ter prometido fazê-lo. Maia afirmou que tem se aconselhado com ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) para decidir se a Câmara tem poder para propor uma reforma administrativa do Executivo, para enxugar a máquina. “Independente do governo eu acho que a gente pode avançar nesse tema”, afirmou Maia.

Na área tributária, Maia disse que a ideia ventilada pelo governo, de mudar apenas PIS-Cofins não vai prosperar no Congresso. “Um projeto de lei isolado sobre PIS-Cofins tem dificuldade de passar, pelo impacto no setor de serviços. Já se tentou no passado”, disse, na capital paulista. “A origem [da reforma tributária] é nossa [do Congresso]”, afirmou pouco antes, no Rio. Maia disse esperar que o tema tramite com facilidade em 2020.

Durante a gravação do podcast, Maia citou qualidades do ex-ministro Ciro Gomes (PDT), candidato derrotado à Presidência em 2018. O deputado disse que o DEM “quase apoiou” Ciro no ano passado. “Não tenho problema em apoiar um candidato que esteja um pouco mais à esquerda do que eu penso”, afirmou Maia. Para o deputado, o ex-ministro “tem palavra” e é “um grande quadro”. “Temos divergências em alguns pontos de vista, mas isso não significa que lá na frente a gente não possa estar junto”, afirmou em São Paulo. Questionado por jornalistas se via si mesmo como candidato à Presidência, Maia respondeu: “Eu não sou candidato a presidente não.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Grelhe seus alimentos no fogão sem fumaça!

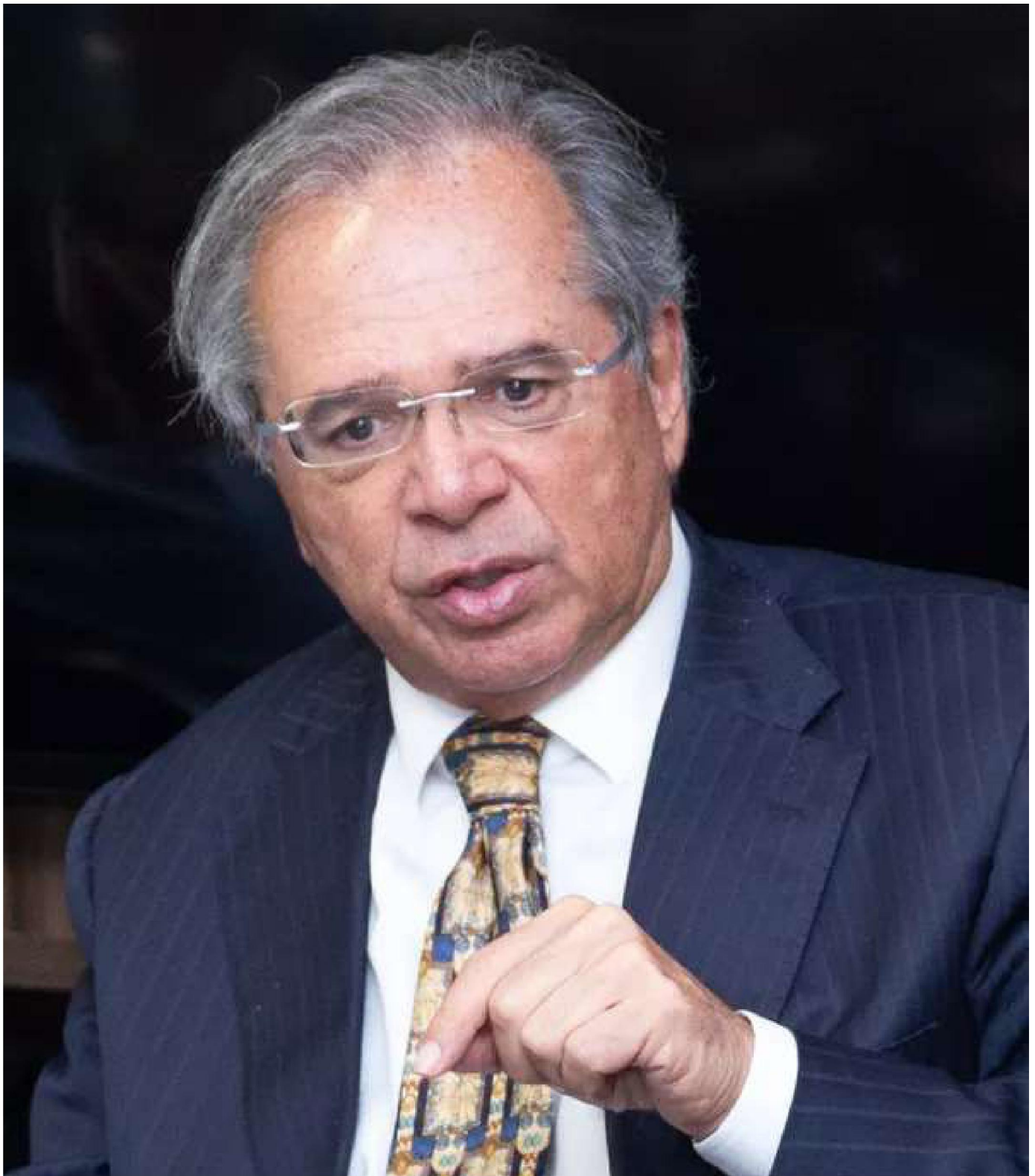
DESCONTALIA

Previsão é economizar R\$ 4 tri em 20 anos com Previdência

Segundo o secretário Rogério Marinho, tema da capitalização voltará à pauta em algum momento

Por Lu Aiko Otta e Mariana Ribeiro — De Brasília

10/12/2019 05h01 · Atualizado há 6 horas



As medidas adotadas até agora na área de Previdência permitirão uma economia de R\$ 4,108 trilhões nos próximos 20 anos, segundo dados divulgados ontem num encontro de dirigentes da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. A promessa do ministro da Economia, Paulo Guedes, de obter uma economia de R\$ 1 trilhão em dez anos é alcançada, se considerados os quatro projetos aprovados neste ano. O ganho estimado é de R\$ 1,032 trilhão no período.

O secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, afirmou que o tema da capitalização voltará à pauta em algum momento. “Não sei se está maduro para o próximo ano, ou para essa legislatura”, disse. Como 2020 é um ano de eleições, ele avalia que será difícil retomar essa agenda.

Mas, acrescentou, seis dos dez sistemas mais sólidos de Previdência no mundo contêm algum nível de capitalização (baseado em contas individuais). Há experiências bem-sucedidas e outras nem tanto, segundo ele. “Não temos compromisso com o erro.” Para ser retomada, a proposta precisa estar madura na sociedade, afirma.

Das mudanças aprovadas neste ano, o maior ganho fiscal virá da aprovação da Emenda Constitucional 103, o texto principal da reforma da Previdência. O impacto chega em R\$ 3,037 trilhões em 20 anos, dos quais R\$ 2,932 trilhões para a União e R\$ 105,9 bilhões para Estados e municípios.

A alteração das regras de aposentadorias de militares proporcionará economia de R\$ 183 bilhões em duas décadas, também considerando Estados e municípios. Com a nova lei de combate a fraudes, também aprovada neste ano, é esperada economia de R\$ 659,3 bilhões no período e a legislação que racionaliza os processos judiciais trará R\$ 228,3 bilhões.

Houve uma ligeira alteração na estimativa de ganho com a previdência dos militares, de cerca de R\$ 10 bilhões em dez anos para R\$ 12,2 bilhões. Marinho explicou que mudanças ocorridas na tramitação permitiram essa “folga” adicional.

Presente ao evento, Guedes disse que a reforma da Previdência é um processo que não acaba. Ele explicou que a Câmara ainda analisa a inclusão de Estados e municípios na proposta.

“Fizemos essa reforma, ganhamos tempo, mas há pontos para pensar no futuro”, afirmou o ministro. Um exemplo é o sistema de repartição. Ele disse que, quando era jovem, havia 14 trabalhadores para cada aposentado. Hoje, são 7.

Outro ponto a ser alterado é a tributação sobre a folha de pagamentos para financiar o sistema. “É uma bomba de destruição de empregos”, afirmou.

Uma proposta do governo que tangenciou a desoneração da folha, a do contrato verde-amarelo, foi recebida com ressalvas pelo Congresso porque tributa o seguro-desemprego para financiar o emprego de jovens. Questionado, Marinho defendeu a ideia. “Temos muita tranquilidade que o Programa Verde Amarelo não tem inconstitucionalidades”, afirmou. “Eventuais correções e aperfeiçoamentos podem ser feitos na Câmara e no Senado.”

O secretário também negou que o governo estude a possibilidade de retomada do imposto sindical. “Não defendemos no passado, nem defendemos agora, nem defenderemos no futuro a volta dessa obrigatoriedade”, disse. “É a nossa posição, do ministro Paulo Guedes e do presidente Jair Bolsonaro.”

Ele destacou que há um grupo de trabalho debruçado sobre o tema da “retirada do Estado da relação entre quem emprega e quem trabalha”, mas que as propostas ainda não foram analisadas pelo governo.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Grelhe seus alimentos no fogão sem fumaça!
DESCONTALIA

LINK PATROCINADO

Cadeiras elevatórias em casa por preços surpreendentemente acessíveis.
ESCADAS ELEVATÓRIAS | LINKS PATROCINADOS

LINK PATROCINADO

Revisão das contas traz questionamento sobre restrição ao crescimento do PIB

Maior apuro técnico dos dados mostrou que a economia brasileira convive com rombo externo mais intenso

Por Hugo Passarelli — De São Paulo

10/12/2019 05h01 · Atualizado há 6 horas



Ribeiro, do Ibre: Não há reparos na discussão técnica, mas é cabível discutir se a comunicação das mudanças foi adequada — Foto: Ana Paula Paiva/Valor

A narrativa usual das contas externas foi reescrita recentemente, mostrando que o país convive com um déficit em conta corrente maior do que o imaginado. Mais do que apontar uma deterioração preocupante dessa estatística, porém, os dados revistos pelo Banco Central (BC) trazem questionamentos sobre a partir de qual ponto o crescimento poderá esbarrar na restrição externa, diz Livio Ribeiro, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV).

“Operamos em níveis mais elevados de déficit do que o anteriormente suposto, para um mesmo nível de crescimento, mas sem absolutamente nenhuma mudança no financiamento agregado. O mesmo não vale para a sua composição”, explica o pesquisador, em nota técnica sobre as mudanças nas estatísticas do balanço de pagamentos.

Em 2018, por exemplo, a revisão final mostrou aumento do déficit em conta corrente de US\$ 21,9 bilhões para US\$ 41,5 bilhões, fundamentalmente por um ampliação das remessas de lucros e dividendos de US\$ 16,9 bilhões para US\$ 36,5 bilhões.

Como no balanço de pagamentos os dois lados da conta precisam ser equivalentes, a ponta oposta ampliou a cobertura do rombo externo de US\$ 93,7 bilhões para US\$ 113,3 bilhões.

Esse movimento ocorreu principalmente por um aumento do investimento direto líquido, de US\$ 62,1 bilhões para US\$ 76,1 bilhões, puxado por leve alta do investimento direto no país (IDP), de US\$ 76,8 bilhões para US\$ 78,2 bilhões, e forte retração dos investimentos diretos brasileiros no exterior, que passaram de US\$ 14,7 bilhões para US\$ 2 bilhões.

“[Após as revisões] a composição do investimento líquido é outra: investimentos diretos no país relativamente constante, mas fluxos muito menores de investimentos brasileiros no exterior”, afirma Ribeiro.

Em outros termos, o pesquisador explica que, pela metodologia anterior, acreditava-se que o Brasil tinha muito mais dinheiro lá fora, seja por contratos de câmbio, seja por investimentos.

Foram dois ajustes realizados pelo BC na contabilidade das contas externas. O primeiro, ocorrido em setembro, promoveu um amplo refinamento na compreensão das relações de trocas entre residentes e não-residentes, alcançando um período maior de tempo.

Em novembro, ocorreu uma revisão estatística mais restrita, incorporando dados definitivos para 2018 e modificando os números preliminares de 2019 - evento que ocorrerá neste mês todos os anos a partir de agora.

Nesse intervalo de tempo, o déficit em conta-corrente de 2018 foi revisto de 0,8% do PIB para 2,2% do PIB e, no acumulado de 12 meses até outubro, atingiu 3% do PIB, dado que saltou aos olhos dos analistas.

Ribeiro explica que, embora o nível de 3% do PIB seja tradicionalmente olhado com atenção, isso mudou desde as alterações promovidas pelo BC. Primeiro porque o maior apuro técnico dos dados mostrou que a economia brasileira convive, de fato, com um rombo externo mais intenso.

E, segundo, porque o horizonte das revisões não permite olhar mais para o passado. “Se você for ultrapurista, o déficit em conta-corrente não é comparável ao de 2015, o escopo é outro”, diz ele.

A revisão aplicada a 2018 também foi acompanhada por mudanças nos dados preliminares de 2019, que ampliaram as saídas líquidas de lucros e dividendos de US\$ 19,3 bilhões para US\$ 23,1 bilhões no acumulado deste ano até o mês de setembro.

Com isso, o déficit em conta-corrente subiu de US\$ 34,1 bilhões para US\$ 37,8 bilhões em igual comparação.

Ao mesmo tempo, o investimento direto no país (IDP) passou de US\$ 47,5 bilhões para US\$ 55,3 bilhões no ano até setembro. Já o investimento brasileiro no exterior (IDE) foi de US\$ 12,6 bilhões para US\$ 16,6 bilhões, refletindo maiores receitas com lucros reinvestidos no exterior.

O tamanho das revisões, em especial as relativas ao ano passado, também foi um dos responsáveis pelo barulho gerado após a divulgação das contas externas, afirma Ribeiro. “Acredito que tenha sido uma conjunção desfavorável [de divulgações], mas não dá para cravar se as revisões não serão mais dessa magnitude.” Ribeiro lembra que mesmo os dados hoje conhecidos sobre 2019 podem mudar novamente em novembro do ano que vem.

Em sua opinião, a outra leva de ruídos foi causada por uma falha na comunicação do BC ao divulgar a mudança metodológica. “Não há reparos na discussão técnica, mas é cabível discutir se a estratégia de disseminação das mudanças foi adequada”, disse o pesquisador.

Para completar o quadro de incerteza, os números ainda vão mudar nas próximas divulgações devido ao erro contábil da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), que subestimou as exportações brasileira em setembro, outubro e novembro em US\$ 6,488 bilhões, lembra Ribeiro.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Grelhe seus alimentos no fogão sem fumaça!
DESCONTALIA

LINK PATROCINADO

Cadeiras elevatórias em casa por preços surpreendentemente acessíveis.
ESCADAS ELEVATÓRIAS | LINKS PATROCINADOS

LINK PATROCINADO

Acompanhe as últimas notícias sobre ativos digitais.
RIPIO

LINK PATROCINADO

Se você ainda faz parte dos 90% de brasileiros que perdem dinheiro, leia essa matéria.
EUQUEROINVESTIR.COM

STF determina regras para revisão de ganho de servidor

Despesa tem de constar na Lei Orçamentária Anual e também estar prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias, prevê Supremo

Por **Luísa Martins** — De Brasília

10/12/2019 05h01 · Atualizado há 6 horas

Por 7 a 4, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a revisão anual dos salários de servidores públicos só é possível se essa despesa constar na Lei Orçamentária Anual (LOA) e, simultaneamente, estiver prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O julgamento ocorreu no chamado plenário virtual.

A corte analisou acórdão do Tribunal de Justiça de Roraima (TJ-RO) que havia condenado o governo a pagar o reajuste geral anual a um servidor, referente ao ano de 2003, no percentual de 5% de sua remuneração, conforme previsto em lei estadual. O Estado recorreu ao Supremo, argumentando que a LOA para 2003 não previu a revisão anual.

Em seu voto, o ministro Alexandre de Moraes (relator) afirmou que, embora o administrador público tenha, por decisão política, inserido na LDO a autorização para o reajuste, “não tomou qualquer providência” para a sua inclusão na LOA.

Ele disse que, pela Constituição, a concessão de aumento só pode ocorrer se houver, cumulativamente, a prévia dotação orçamentária, suficiente para atender às projeções de despesa e autorização específica na LDO.

Moraes observou que a LDO é uma norma de orientação para a elaboração do orçamento do ano seguinte, mas não cria direitos subjetivos para os servidores nem exclui a necessidade de inclusão da despesa na LOA.

No caso específico, o servidor de Roraima, ao longo da tramitação do processo, acabou tendo seu reajuste reconhecido por meio de lei específica - o que o levou a pedir a extinção da causa. O plenário atendeu à solicitação, mas ainda assim decidiu analisar o mérito do recurso.

Ao propor a tese de que o reajuste depende, ao mesmo tempo, de dotação na LOA e previsão na LDO, Moraes foi acompanhado pelos ministros Luís Roberto Barroso, Rosa Weber, Luiz Fux, Cármen Lúcia, Gilmar Mendes e Dias Toffoli. Foram vencidos os votos dos ministros Edson Fachin, Ricardo Lewandowski, Marco Aurélio e Celso de Mello.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados portaboola

LINK PATROCINADO

Grelhe seus alimentos no fogão sem fumaça!
DESCONTALIA

LINK PATROCINADO

Cadeiras elevatórias em casa por preços surpreendentemente acessíveis.
ESCADAS ELEVATÓRIAS | LINKS PATROCINADOS

LINK PATROCINADO

Acompanhe as últimas notícias sobre ativos digitais.
RIPIO

LINK PATROCINADO

Se você ainda faz parte dos 90% de brasileiros que perdem dinheiro, leia essa matéria.
EUQUEROINVESTIR.COM

LINK PATROCINADO

Veja as 40 mulheres mais lindas do Brasil
TRENDSATCHERS

LINK PATROCINADO

Avaliação: Suzuki Jimny Sierra é o SUV compacto que não é SUV compacto
REVISTA CARRO PARA SUZUKI